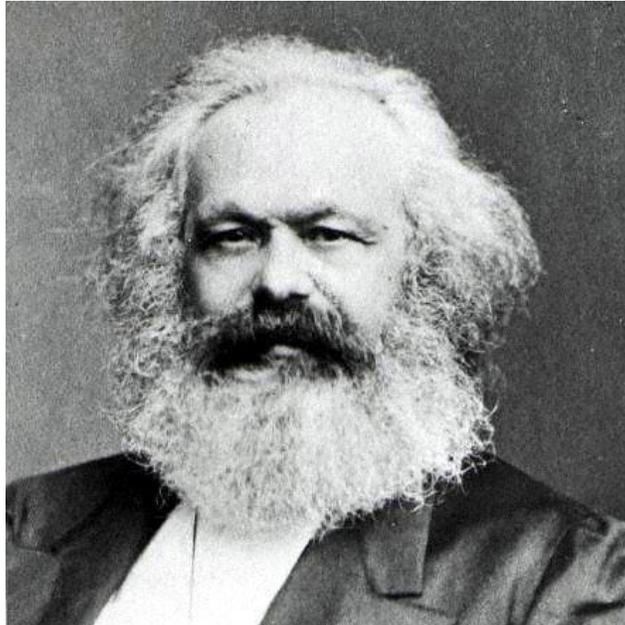


## Marx 200 anos depois: solidez de uma filosofia revolucionária

RENATO NUNES BITTENCOURT\*



Karl Marx: 5 de maio de 1818 - 14 de março de 1883

### Resumo

O artigo realiza uma singela homenagem aos 200 anos de nascimento de Karl Marx, ratificando a suma importância desse pensador para a conjugação entre teoria revolucionária e prática revolucionária, na luta pela emancipação humana perante o regime capitalista e a formação de uma sociedade socialista e sua postulada realização efetiva da liberdade humana.

**Palavras-chave:** Marx; Revolução; Comunismo; Emancipação.



\* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ e professor da FACC-UFRJ

O presente texto visa não apenas celebrar os 200 anos do nascimento de Karl Marx, mas também ratificar a importância fundamental da sua obra para a compreensão das contradições sociopolíticas de nossa ordem civilizacional regida por um regime econômico cujos defensores apregoam proporcionar a liberdade para a totalidade social, mas que na verdade depende da exploração da maioria em prol da satisfação dos interesses individualistas de uma minoria. O capitalismo prospera, com efeito, através da naturalização desse processo de exploração da elite plutocrática sobre a massa trabalhadora. De modo algum pretendemos resumir, nesse breve texto, as ideias de Marx, mas apresentar uma contextualização das mesmas no avanço feroz do capitalismo tardio.

A filosofia de Marx não é um sistema fechado, pois muitos problemas e questões não foram apresentados de maneira definitiva por ele, exigindo dos seus intérpretes e continuadores a habilidade de desenvolverem conjecturas a partir das pegadas originais. Intelectuais direitistas afirmam que a filosofia de Marx fomentou a criação de uma religião laica, mas esses ideólogos reacionários escamoteiam o fato de que eles mesmos são sectários da religião do mercado capitalista, perante o qual tudo se curva e se cala. A filosofia de Marx é talvez uma das mais poderosas expressões do pensamento humano em seu empenho por emancipação, pelo fato de estabelecer uma indissociável relação entre economia, teoria política, história social. Muitos são os críticos de Marx e do marxismo nos mais diversos espectros axiológicos, mas é inegável sua importância para a compreensão da

realidade social em seus aspectos complexos, e desmerecer sua obra apenas por divergência ideológica é tacanhez filisteia da mediocridade que chancela a barbárie. As tentativas reacionárias de se desqualificar o legado intelectual de Marx a partir de argumentos falaciosos na verdade apenas trazem à tona a falta de probidade desses enunciadores, cada vez mais adorados por legiões de ignorantes que demonstram aversão a todo discurso que denuncie a miserabilidade do sistema capitalista.

O ranço direitista contra qualquer filosofia que conteste as verdades sagradas de sua ideologia autocentrada a impede de se aprofundar no estudo das obras de espectros intelectuais distintos dos seus, promovendo assim o fenômeno imbecilizante do “não li e não gostei” e variantes um pouco mais razoáveis tais como “pouco li e não gostei”. Essa recusa pelo conhecimento é o traço típico da ignorância truculenta e feliz por sua própria complacência. Muitas das críticas direcionadas pelos reacionários contra Marx e o marxismo são calcadas em preconceitos virulentos que impedem instintivamente análises consistentes sobre suas ideias, fortalecendo assim a ignorância constituída pelo vazio decorrente da ausência de debate. Os idólatras do servo-mercado jamais aceitaram a contestação das suas doutrinas, por isso anseiam defenestrar o pensamento de Marx para sempre, considerando-o como anticientífico, impreciso, falso.

O capitalismo passou por muitas metamorfoses desde sua instauração, inclusive razoáveis regulações estatais em situações políticas mais afinadas com a democracia social, contudo,

jamais foi superado de modo hegemônico nas organizações sociais modernas. O dito “capitalismo de rosto humano” não é capaz de proporcionar para as classes trabalhadoras a supressão da exploração, apenas mitigar seu jugo através da concessão de pequenas benesses imediatas. Interpretações seráficas consideram que os problemas analisados por Marx foram já resolvidos pela gestão empresarial e mesmo por políticas públicas de bem-estar social como forma de se diminuir os desentendimentos crônicos entre os detentores dos meios de produção e a massa assalariada, de maneira que agora podemos todos celebrar o progresso material e suas benesses, pois todas as contingências e danos colaterais dos desajustes socioeconômicos que afetam diretamente as vidas de bilhões de seres humanos caminham para seu término, graças ao poder civilizador da democracia liberal e das forças do mercado.

Essas interpretações conciliatórias são mistificações ideológicas que mascaram as contradições inerentes ao sistema capitalista e sua destrutividade estrutural. Com efeito, a dominação burguesa (com o apoio dos aparatos “legais”) sobre as vidas dos trabalhadores e de todos aqueles que não possuem poder de contestação contra as bases plutocráticas da ordenação social apenas se reconfigurou em seu modus operandi, sem que de fato tenha se encerrado. Na égide da ofensiva neoliberal e o desajuste dos direitos trabalhistas conquistados arduamente pelo proletariado em suas lutas contra a opressão patronal vemos o renascimento violento de uma disposição reacionária das elites empresariais e das corporações

financeiras para suprimir qualquer possibilidade de resistência social dos trabalhadores contra as arbitrariedades exploratórias da plutocracia. Os trabalhadores refratários a mudanças nas leis trabalhistas que os protegem juridicamente da rapacidade empresarial são acusados de antiquados, atrasados, avessos ao processo de modernização social, quando, na verdade, são os patrões e seus asseclas os efetivos avessos ao verdadeiro progresso, o humano, pois a exploração ilimitada sobre as forças vitais dos trabalhadores em nome da competitividade e da rentabilidade econômica é a genuína base reacionária da ação empresarial que apenas visa a obtenção do lucro imediato sem qualquer consideração pela vida humana e pela própria preservação razoável do meio ambiente. Alienação, reificação, fetichismo da mercadoria e mais-valia são ressignificados no sistema econômico global, mas apresentam íntima afinidade com o espírito capitalista tal como analisado por Marx em suas obras.

O capitalismo depende da conjugação desses quatro dispositivos para perpetuar o seu poder sobre a vida do trabalhador. O desenvolvimento técnico, se por um lado favoreceu a organização do tempo e do espaço e a inerente otimização dos mesmos, por outro proporcionou que ambos fossem apropriados pelos detentores dos meios de produção para que assim obtivessem mais índices de lucro sobre as forças laborais dos trabalhadores:

Apenas porque desde o princípio o homem se relaciona com a natureza como proprietário, a primeira fonte de todos os meios e objetos de trabalho, apenas porque ele a trata como algo que lhe pertence, é que seu trabalho se torna a fonte de

todos os valores de uso, portanto, de toda riqueza. Os burgueses têm excelentes razões para atribuir ao trabalho essa força sobrenatural de criação; pois precisamente do condicionamento natural do trabalho segue-se que o homem que não possui outra propriedade senão sua força de trabalho torna-se necessariamente, em todas as condições sociais e culturais, um escravo daqueles que se apropriaram das condições objetivas do trabalho. Ele só pode trabalhar com sua permissão, portanto, só pode viver com sua permissão (MARX, 2012, p. 23-24).

A tecnologia, dissociada de sua democratização social, se torna também uma força alienadora, um dispositivo reificador e um fetiche que cinde a humanidade entre integrados e periféricos e estraçalha qualquer possibilidade de comunhão planetária. O postulado de fim do trabalho em um futuro talvez não tão próximo é completamente infundada e ela mesma se configura como uma ideologia mistificadora, pois o regime capitalista depende da existência de uma massa assalariada que trabalha para gerar o lucro da elite plutocrática. Mesmo os executivos, gerentes e membros de uma classe média dotada de mais “qualidade de vida”, acesso aos serviços fundamentais e bens de consumo também se enquadram sob os dispositivos dominantes da alienação e da reificação e assim afetam imediatamente aqueles que fazem parte dos seus círculos sociais inerentes, ainda que tais profissionais encontrem nos aditivos recursos imediatos para suportar as condições estressantes de um modo de vida dedicado ao trabalho em nome do lucro incondicional:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. Este fato nada mais exprime, senão: o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor [...]. A exteriorização do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa, mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele, independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (MARX, 2004, p. 80; 81).

As análises de Marx sobre o modo de produção capitalista produziram um legado intelectual que permite a transposição dos conceitos da economia política para as práticas sociais e seus inerentes atos de consumo. A publicidade reveste um produto com qualidades artificiais que regulam as relações sociais, adquirindo independência em relação aos próprios sujeitos, o que se caracteriza como uma outra forma de fetichismo da mercadoria. Agrega-se um valor para as coisas que não correspondem aos seus caracteres funcionais:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão [...]. Uma mercadoria aparenta ser, à primeira vista, uma coisa óbvia, trivial. Sua análise resulta em que ela é uma coisa muito intrincada, plena de sutilezas metafísicas e melindres teológicos [...]. É apenas uma relação social determinada entre os próprios humanos que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (MARX, 2014, p. 113; 146; 147).

A reificação, por sua vez, que se caracteriza pela subjugação humana ao plano das coisas autonomizadas em relação ao próprio sujeito, desprovido de criatividade e de espontaneidade em decorrência da exigência tecnocrática de produtividade impensada (pois nessa lógica autoritária o trabalhador eficiente é aquele que não pensa nem questiona, apenas reproduz mediante ordens superiores), também se manifesta na sociabilidade capitalista quando se atribui mérito pessoal pelas posses materiais do sujeito, que, no fundo, se tornam mais valiosas e importantes do que ele mesmo em sua singularidade histórica. Ocorre a fusão entre pessoa e coisa, sendo esta a força determinante do modo de ser humano. Pode ser a roupa, o adereço, o automóvel. Mercadorias-objetos que se tornam fins em si mesmos na luta humana por reconhecimento social em seus círculos interativos. A desvalorização humana é inversamente proporcional ao processo de supervalorização das coisas.

O capitalismo não pode ser reformado gradualmente de modo a se eliminar suas contradições e seus efeitos mais deletérios sobre as condições existenciais dos trabalhadores e de todas as formas de vida que sofrem seus efeitos, mas superado. Os dispositivos reformistas, ainda que garantam o aprimoramento do modo de vida daqueles que são submetidos ao regime de trabalho capitalista, exigem muitas concessões aos detentores dos meios de produção e se fundamenta em contratos políticos frágeis e provisórios. Pelas vias do reformismo, benefícios imediatos conquistados pelos trabalhadores se encontram sob o risco de supressão quando os prejuízos patronais se tornam extremamente inconvenientes para a perpetuação do seu status quo, mantendo a massa assalariada em estado de tensão contínua, mesmo quando existe razoável elevação da qualidade de vida, pois esta, ao fim e ao cabo, ocorre precisamente sob a égide do regime capitalista, que nessa circunstância apenas se encontra controlado pela ação moderadora do poder público e dos atores sociais da base trabalhadora:

Os sindicatos trabalham bem como centros de resistências contra as usurpações do Capital. Falham em algumas coisas, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de, ao mesmo tempo, se esforçarem para transformá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado (MARX, 2010, p.147).

O espírito reformista acredita que a ação parlamentar dos partidos socialistas e a atuação disciplinada das massas trabalhadoras politizadas por uma luta comum de emancipação socioeconômica conseguiriam em um momento futuro solucionar as contradições do capitalismo sem que se fizesse necessário um ato de ruptura radical com essa mesma ordem capitalista, encarnando assim uma disposição otimista e progressista de confiança na organização social sem o recurso da violência política. O reformismo adotado como possibilidade única de superação do capitalismo, além de retirar o elã radical daqueles que empreendem as lutas dos trabalhadores contra os arbítrios plutocráticos acomodando-os horrendamente ao parco padrão de vida burguês obtido se torna também um método propício para a corrupção da meta socialista em ações pelegas. A filosofia marxista é enfática nessa questão, apenas uma revolução socialista realizaria as condições concretas para a consolidação de uma nova organização política na qual o regime capitalista seria enfim destruído. Contudo, quando as condições históricas, econômicas, sociais e políticas não permitem a realização dessa ruptura radical com a ordem capitalista, conquistas parciais obtidas pelas lutas dos trabalhadores contra os abusos dos detentores dos meios de produção não podem deixar de ser valorizadas pelos fomentadores da sociedade comunista, cuja meta é a supressão do capitalismo através do fim da propriedade privada dos meios de produção (produtor da exploração laboral, da alienação, da mais-valia), e essa situação ocorrerá apenas em uma organização social que suprima o establishment plutocrático que se

sustenta pela espoliação das massas trabalhadoras mediante a perpetuação de sua miserabilidade contínua. O comunismo é a meta para a conquista concreta liberdade humana:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizada dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes de riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades” (MARX, 2012, p. 31-32).

Conquistas reformistas das lutas socialistas dentro da ordenação capitalistas são aceitáveis taticamente, mas as contradições socioeconômicas inerentes ao sistema capitalista fazem dessas conquistas ganhos provisórios que são convenientemente suprimidos quando as vantagens empresariais são afetadas. O espírito de conciliação do reformismo apenas atenua os efeitos desastrosos da rapacidade plutocrática, mas usualmente é derrotado pelos ardis da mesma. Por isso a filosofia marxista é tão enfática na necessidade do processo revolucionário em sua superação das contradições sociopolíticas que perpetuam a exploração das corruptas elites burguesas sobre os trabalhadores. O

capitalismo é a grande ditadura que deve ser destruída, pois seu propósito nunca coadunou com a emancipação do ser humano perante a opressão, mas a sua submissão aos imperativos da exploração laboral, da violência política e do autoritarismo do mercado.

#### Referências

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política, Livro I: O processo de produção do Capital**. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. **Crítica do Programa de Gotha**. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Trad. de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Trabalho assalariado e Capital / Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.